



# MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DO PROCURADOR MIGUIDÔNIO INÁCIO LOIOLA NETO

**PARECER N. : 0172/2023-GPMILN**

**PROCESSO N. :** 3054/2023  
**ASSUNTO :** Aposentadoria  
**UNIDADE :** Instituto de presidência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia  
- IPERON  
**INTERESSADA :** Gessi Alves de Melo  
**RELATOR :** Conselheiro Substituto Omar Pires Dias

Versam os autos sobre a análise da legalidade do ato concessório de aposentadoria da servidora em epígrafe, pertencente ao quadro de pessoal do Governo do Estado de Rondônia, ocupante do cargo de Professor.

A aposentadoria em epígrafe foi concedida por meio do Ato Concessório de Aposentadoria n. 127 de 24/01/2023<sup>1</sup>, publicado no DOE n. 20 de 31/01/2023, com fundamento no artigo 6 da EC n° 41/2003 c/c artigos 24, 46 e 63 da Lei Complementar n. 432/2008 c/c artigo 4° da Emenda Constitucional Estadual n. 146/2021.

A Coordenadoria Especializada em Atos de Pessoal, após análise dos documentos acostados ao feito<sup>2</sup>, manifestou-se pela regularidade e pelo consequente registro do Ato Concessório.

Por fim, os autos foram remetidos ao Ministério Público de Contas para manifestação de estilo.

## **É o breve relatório.**

No mérito, em apertada síntese, acompanha-se *in totum* a proposta da Unidade Técnica, porquanto o ato concessório se reveste de legalidade.

Nesse sentido, tem-se que a servidora faz *jus* à aposentadoria especial pelo exercício da função de magistério, nos moldes delineados na análise instrutiva, por preencher as condições

---

<sup>1</sup> ID 1478796 (fl. 01 a 02).

<sup>2</sup> ID 1492132.



## MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE RONDÔNIA

GABINETE DO PROCURADOR MIGUIDÔNIO INÁCIO LOIOLA NETO

dispostas no art. 6º e incisos da EC 41/03, quais sejam: **I)** admissão antes de 31/12/2003<sup>3</sup>; **II)** possuir mínimo de 50 anos de idade (possuía 51 anos quando da aposentação); **III)** mínimo de 25 anos de contribuição no exercício no serviço público, exclusivamente no cargo de magistério (somou 28 anos, 08 meses e 27 dias)<sup>4</sup>; **IV)** mínimo de 20 anos de efetivo exercício no serviço público (somou 29 anos, 12 meses e 04 dia)<sup>5</sup> e **V)** mínimo de 10 anos na carreira e 05 anos no cargo no qual fora aposentada (somou 25 anos, 10 meses e 02 dia, neste último requisito), tudo devidamente comprovado nos autos por meio dos documentos e certidões exigidos pela IN nº. 50/2017/TCE-RO.

Em face do exposto, resta comprovado, na espécie, que a servidora tem direito à aposentadoria especial pelo exercício da função de magistério, com proventos integrais e paritários, calculados de acordo com a remuneração do cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.

Por fim, registra-se que o presente caso se enquadra na situação disposta no item “1.1.a” da Ata da Reunião de Trabalho realizada em 10/02/2006, na qual ficou acordado que a análise da composição dos proventos ficaria postergada para futuras auditorias e/ou inspeções em folha de pagamento.

Dessa forma, em consonância com o entendimento técnico, o Ministério Público de Contas **opina** seja considerado **legal** o ato concessório n. 127 de 24/01/2023, em favor da servidora **Gessi Alves de Melo**, nos termos em que consta de sua fundamentação e delineado neste parecer, deferindo-se o seu registro pela Corte de Contas, com fulcro no art. 71, III, da CRFB/88, art. 49, III, “b”, da Constituição do Estado de Rondônia c/c art. 37, II, da LC n. 154/96.

É o Parecer.

Porto Velho, 24 de novembro de 2023.

(assinado eletronicamente)

**MIGUIDÔNIO INÁCIO LOIOLA NETO**  
Procurador do Ministério Público de Contas

<sup>3</sup> Data de ingresso no serviço público em 10/04/1997 (fl. 02 do ID 1478804).

<sup>4</sup> Relatório Geral do Tempo de Contribuição (ID 1485002, fl. 06).

<sup>5</sup> Tempo computado até 30/01/2023, data da publicação do ato de aposentação (fl.01 a 02 do ID 1478796).

Em 24 de Novembro de 2023



MIGUIDONIO INACIO LOIOLA NETO  
PROCURADOR